

Análise sobre as concepções de Adolescência presentes na Base Nacional Comum Curricular

Analysis of the conceptions about Adolescence present in the Common National Curriculum Base

Otávio Augusto de Moraes

Íris Maria Ribeiro Porto

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

São Luís – Maranhão – Brasil

Resumo

Temos como objetivo analisar as concepções sobre a Adolescência presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Utilizamos como método o Histórico Dialético e como técnica a análise documental durante o desenvolvimento da pesquisa. Destacamos duas ideias sobre o conceito de Adolescência principais: a primeira visão como um conceito universal biológico e a segunda como uma etapa construída de forma sócio histórica. Como resultado notamos que o texto carrega a visão da adolescência como um fator de construção históricas, que necessita ser analisada dentro do seu contexto. Alguns trechos precisam ser revisitados para que o documento tenha uma visão que permeie toda a BNCC e não deixe ambiguidades durante a leitura. Concluímos que a compressão da Adolescência na BNCC faz-se necessário refletir sobre o tema na elaboração de políticas públicas voltadas às Adolescências.

Palavras-chave:

Adolescência; Base Nacional Comum Curricular; Ensino Médio.

Abstract

We aim to analyze the conceptions about Adolescence present in the Common National Curriculum Base (BNCC). We use as a method the Dialectical History and as a technique the documental analysis during the development of the research. We highlight two main ideas about the concept of Adolescence: the first view as a universal biological concept and the second as a stage built in a socio-historical way. As a result, we note that the text carries the vision of adolescence as a historical construction factor, which needs to be analyzed within its context. Some excerpts need to be revisited so that the document has a vision that permeates the entire BNCC and does not leave ambiguities during the reading. We conclude that the compression of Adolescence in BNCC makes it necessary to reflect on the theme in the development of public policies aimed at Adolescence.

Keywords:

Adolescence; Common National Curriculum Base; High School.

Análise sobre as concepções sobre a Adolescência presentes na Base Nacional Comum Curricular

Introdução

A educação é uma constante construção e desconstrução das pessoas, das instituições e da própria epistemologia. Compreendendo a historicidade do fenômeno de construção da escola, podemos analisar melhor as características materiais e imateriais do processo de escolarização nos ambientes formais de ensino.

Devemos considerar algumas especificidades nestas transformações no Brasil. Primeiramente que o Brasil é um país continental, constituído de diversos sotaques, culturas, origens, vegetações, meio social. Assim precisamos compreender as condições concretas da escola, sua formação e mecanismos para traçar uma valorização das instituições escolares. Um desses fatores cruciais para se compreender a escola é o currículo, pois norteia todo o andamento e funcionamento interno da instituição e das salas de aulas. O conceito de currículo é demasiadamente complexo, ao considerar que sua concepção não se reduz apenas ao desenho curricular que os espaços educacionais esboçam.

[...] propomos definir o currículo como o projeto seletivo de cultura, cultura social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada (SACRISTÁN, 2000, p. 34).

Há também diversas definições de currículo e subdivisões desse conceito, escolhemos a definição de Sacristán (2000) por compreender os aspectos culturais como relevantes na formação dos sujeitos, a influência política na sua elaboração, a realidade das escolas que vivenciam os currículos diariamente e o fator dele tentar mostrar a realidade escolar.

O currículo é uma construção social que ocorre separadamente em cada escola e cada rede de ensino. Leva em consideração diversos fatores internos e externos da própria escola, mas que a influenciam. O projeto seletivo é ressaltado por fatores externos, por exemplo, o “[...] processo de globalização inerente à sociedade, afetam a educação porque incidem sobre os sujeitos, os conteúdos do currículo e as formas de aprender” (SACRISTÁN, 2000, p. 71), muitas vezes, mesmo que de forma não intencional, a seleção de conteúdo é realizada pela escola de forma a perpetuar as concepções Neoliberais.

Nos fatores internos à escola, que influenciam na seleção de currículos está principalmente os fatores culturais e regionais, pois em um país de dimensões continentais é necessário realizar a adequação dos currículos para atender os diversos públicos. Cabe

ressaltar que a adequação dos currículos não é a retirada ou o esvaziamento de conceitos, mas propor caminhos alternativos para que seja cumprido o currículo na sua integralidade. “Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado” (SACRISTÁN, 2000, p.17).

Assim como o currículo sofre influência externa do sistema globalizado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também é determinada pelo sistema, mas está inserida no nível macro de políticas públicas. Dessa forma, notamos que BNCC e currículo possuem confluências e divergências, não se tratando do mesmo documento. A BNCC não é considerada um currículo, pois orienta as competências e habilidades que devem ser aprendidos na escola. O currículo é o percurso metodológico para o desenvolvimento dos alunos. De modo análogo, podemos pensar que a BNCC mostra os objetivos e o currículo o percurso para ser executado.

A BNCC se traduz como mais uma política educacional que tenciona uma elevação de uma suposta equidade no ensino brasileiro. As teorias do currículo, diante desse cenário assim como na busca de abranger seu sentido e significado, fazem sua intercepção com aspectos que sobrepõem os limites de sua configuração prescritiva. De acordo com Sacristán (2000, p. 13), a prática a que se refere o currículo

[...] é uma realidade prévia muito bem estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos etc., atrás dos quais se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores etc., que condicionam a teorização sobre o currículo [...].

Alguns autores já começaram a refletir sobre a BNCC, fazendo revisões, relatando pontos de atenção, teorizando as possíveis implicações na escola. Leite e Rittler (2017) consideram o documento com uma visão demasiadamente simplista do conceito de Ciências, não abordando os diversos aspectos que a ciência leva em consideração e alertam para a necessidade de maior amadurecimento conceitual. Outros autores, como Silva (2015), discutem a formação de professores relatando que a BNCC é um documento oposto às Diretrizes Curriculares Nacionais, não possibilitando que uma formação crítica e emancipatória ocorra na escola. Além desses autores supracitados há diversos outros que realizam uma análise crítica sobre esse documento, na sua grande maioria mostrando pontos que são de atenção e que precisam ser repensados.

Análise sobre as concepções sobre a Adolescência presentes na Base Nacional Comum Curricular

Diante deste contexto, o Ministério da Educação relata que a base nacional não é um currículo e que os professores podem realizar uma ação pedagógica que ultrapasse os conceitos propostos na base, contudo “não definir a questão como conteúdo obrigatório da educação básica retira o respaldo legal de docentes e escolas que entendem a importância de se abordar tais temáticas, além de esvaziar a importância e a legitimidade delas.” (ANDRADE; BORBA, 2018, p.129). Em vista dos argumentos apresentados é imprescindível que todos se conscientizem da importância regulatória da BNCC e que seja realizado mais análises e investigações, a fim de lapidar melhor o texto para a educação brasileira. Cabe aqui, um olhar com estranhamento do contexto acima citado para compreender qual o real objetivo deste documento, uma vez que está sendo implementado e norteando os currículos de toda nação.

Em vista da necessidade da discussão dos conceitos contidos na BNCC, esse artigo propõe investigar as concepções de Adolescências contidas no documento e refletir sobre os impactos nos currículos brasileiros.

O conceito de Adolescência

O conceito de adolescência vem se modificando, assim como diversos outros conceitos e pensamentos atuais. Existe um conflito quando se fala sobre a temática da adolescência. Os adultos se recordam da adolescência como um momento único da vida e comparam com o momento atual, contudo esta analogia acaba por enaltecer o saudosismo, mas também contribui para interpretação de adolescência contemporânea caracterizada pela negatividade. Neste artigo optamos pelo termo adolescente por ser o termo tratado pelos teóricos estudados e ser utilizado em documentos oficiais, como por exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente. O termo juventude e adolescente é considerada como sinônimo dentro do documento da BNCC, apesar de algumas discussões sobre os significados de ambos os termos.

Quando nos debruçamos a compreender os aspectos relevantes à formação e constituição da adolescência atual, podemos nos embasar em diferentes correntes teóricas que assumem perspectivas distintas e, às vezes, até mesmo antagônicas. Este artigo compreende a importância histórica trazida pela visão liberal sobre a adolescência, sendo vista como um momento de mudança desequilibradas e instabilidade constante. Esta visão prevê a patologização desta fase em que:

Sintetizando as características da adolescência, podemos descrever a seguinte

sintomatologia que integraria esta síndrome: 1) busca de si mesmo e as identidades; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, que vai do autoerotismo até a heterossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associadas de diversas intensidades; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica desde período da vida; 9) separação progressiva dos pais; e 10) constantes flutuações do humor e do estado de ânimo. (KNOBEL, 1981, p. 29)

Nessa visão, o adolescente pode apresentar esses sintomas de forma mais ou menos acentuados, não precisando expressar todos os sintomas do conjunto. Partindo desse quadro clínico, a adolescência é uma fase inevitável que precisa ser superada e tratada. Ao se ter uma visão de síndrome o papel do professor fica comprometido, pois o tratamento deve ser realizado por um psicólogo, cabendo ao docente apenas esperar para que a fase da adolescência termine. A visão liberal sobre adolescência deixa o professor impotente para ensinar os alunos a gerenciar os seus sentimentos. Tal perspectiva está na afirmação de que estes irão se estabilizar, passar pelo luto da infância e superar os pensamentos contraditórios.

Em oposição a ideia liberal sobre a adolescência, entendemos o adolescente e a própria adolescência como sendo fruto da movimentação entre a sociedade, as experiências do sujeito e a sua individualidade. Sendo assim, o adolescente se desenvolve através do contexto social e histórico em que está inserido.

Faz-se necessário compreender que a adolescência é tomada por transformações no corpo biológico, porém essas transformações não podem ser interpretadas como características únicas do ser adolescente. É preciso compreender que a adolescência é uma fase criada e de significado social, tendo em vista que o indivíduo ao ser formado é construído com base nos valores, nas oportunidades e nas condições socioeconômicas que lhe são fornecidas. Sendo assim, consideramos que o desenvolvimento humano possui por base características biológicas, fundamentais para as atividades humanas, contudo devemos também compreender que todo e qualquer comportamento humano deve ser entendido a luz do contexto sociocultural (NASCIMENTO, 2013).

Existem necessidades insurgentes: compreender quem são os adolescentes da contemporaneidade, o que pensam sobre quem serão no futuro. Quando se leva em consideração tais questões, não se busca somente entender quais profissões pretendem

Análise sobre as concepções sobre a Adolescência presentes na Base Nacional Comum Curricular

seguir, mas considerar as condições, os valores e as possibilidades que estes sujeitos possuem agora para se pensar no futuro.

Neste estudo, adotou-se a adolescência a partir da concepção teórica sócio histórica, que compreende o adolescente como um produto das relações sociais e culturais. Portanto, a adolescência não é compreendida como um período biológico inerente ao desenvolvimento humano, mas sim como um constructo fundamentado nas relações sociais (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2001). Sendo assim, a adolescência não se caracteriza por ser um período entre fases, criança e adultos, mas sim como um produto das necessidades sociais.

Consideramos que a adolescência foi criada a partir de uma demanda social, gerada pela modernização de processos de industrialização dos países. Segundo Bock (2004), este processo demandou maior tempo de estudos para conseguir acompanhar o desenvolvimento tecnológico, assim os alunos precisavam de mais tempo na escola antes de entrarem no mercado de trabalho. O capitalismo começava também impor exército de reserva, assim fez aumentar as exigências para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Ambas as exigências fizeram que os alunos ficassem cada vez mais tempo com seus iguais, longe dos pais e do mercado de trabalho, gerando conseqüentemente o que conhecemos por adolescência. “A adolescência refere-se, assim, a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista, gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico.” (BOCK, 2004, p. 41)

Ao considerarmos a conceituação sobre a adolescência, nos deparamos com concepções que nos evocam a ideia de um momento de mudanças, impregnados pela necessidade de novas buscas, papéis e autoconhecimento.

A formação dos sujeitos se dá pela presença nos espaços sociais, e estes devem possibilitar mediações que superem as necessidades e conflitos. Muitas vezes, as políticas públicas voltadas para os adolescentes são muito mais destinadas para aqueles adolescentes que representam riscos para a sociedade. Sendo assim, as políticas públicas ainda são bastante limitadas, no que diz respeito ao desenvolvimento das potencialidades e conseqüentemente das possibilidades dos adolescentes.

Bock (2004), Marcelino e colaboradores (2009) compreendem o adolescente na perspectiva em que sua criação é originada a partir do contexto social, verificou-se também

que o próprio desenvolvimento de suas vontades e desejos estão sujeitos as características e principalmente as condições sociais. Sendo assim, o adolescente interpretado como um sujeito social constrói sua subjetivação a partir das vivências, das experiências e das possibilidades encontradas no contexto real onde se vive.

Nessa perspectiva, as políticas públicas educacionais são fundamentais para o desenvolvimento satisfatório do adolescente e, portanto, precisam ser asseguradas e garantidas pelo Estado. Mesmo assim, podemos verificar com facilidade que uma parcela significativa dos adolescentes brasileiros vive distante dos processos produtivos, não possuem condições de escolarização adequadas e não tem acesso à saúde de qualidade. Todos esses fatores nos permitem dizer que uma parcela significativa dos adolescentes vive à margem da sociedade, pois não possuem condições necessárias para seu pleno desenvolvimento. A escassez de políticas públicas voltadas ao atendimento dos adolescentes apresenta íntima relação com o modelo econômico vivido em nosso país e com a visão de adolescência abordada nos documentos governamentais.

Sendo assim, é preciso construir mecanismos, principalmente no âmbito escolar, que possibilitem que os adolescentes discutam e reflitam sobre suas ideias e expectativas futuras, levando em consideração as condições encontradas no ambiente social que influenciam na construção do Projeto de Vida. Rocha (2002) aponta que precisamos também compreender como as diferentes historicidades e experiências influenciam na imaginação do futuro, bem como entender como diferentes processos de escolarização e estruturação familiar e social interferem na projeção futura.

Delineamento metodológico

O presente artigo apresenta como principal objetivo analisar as concepções sobre a Adolescência presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este documento normativo, aprovado em 2018, ganha notoriedade com sua implementação e com as formações continuadas dos professores em todo território nacional.

Para a consecução dos objetivos realizamos uma pesquisa qualitativa em educação, apesar desse bilateralíssimo entre pesquisas qualitativas e quantitativas muitas vezes engesse alguns fatores da pesquisa, é um posicionamento necessário a ser explicitado. O método qualitativo é apropriado para o estudo de fenômenos complexos, sendo necessária a observação, o registro e a análise do fenômeno estudado visando o entendimento de sua

Análise sobre as concepções sobre a Adolescência presentes na Base Nacional Comum Curricular

complexidade.

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. A tarefa de analisar implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 45).

O trabalho qualitativo conta com uma flexibilidade ao realizar suas análises. O pesquisador pode voltar ao objeto de estudos e defini-lo mais claramente ou reformulá-lo, o mesmo ocorre com as categorias de análise que podem ser constantemente revistas, reinventadas, sintetizadas ou desmembradas. “Essa flexibilidade, porém, não significa descompromisso com a organização racional e eficiente frente à tarefa, pois a pesquisa bibliográfica requer do realizador atenção constante aos ‘objetivos propostos’ e aos pressupostos” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40). A análise qualitativa permite ao pesquisador a interpretação dos dados, compreendendo suas características e buscando, muitas vezes, o que não foi explicitado.

Neste trabalho podemos, novamente, demarcar que além de ser um trabalho qualitativo utiliza a técnica de uma análise documental. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), afirmam que uma pesquisa documental e uma pesquisa bibliográfica são termos usados muitas vezes como sinônimos, ambas trabalham com a análise de documentos, mas na pesquisa bibliográfica os documentos que já receberam tratamento analítico, são documentos de domínio científico. Na pesquisa documental a base são documentos que ainda não tiveram tratamento analítico, ou seja, proveniente de fontes primárias.

Quanto à organização dos dados durante toda a pesquisa, Lima e Miotto (2007), afirmam que a categorização dos mesmos deve ser realizada a partir de critérios flexíveis e definidos previamente, porém ressalta que a flexibilidade não é sinônimo de desorganização e descompromisso, sempre atento ao objetivo da pesquisa. Por fim, buscamos as discussões com o referencial teórico que embasou o estudo, a fim de ultrapassar a descrição dos dados e realizar a análise profundada do tema de estudo.

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p.10)

Nesta pesquisa, utilizamos a análise de conteúdo para realizar a sistematização da análise e fazer o levantamento das contradições e conflitos presentes no documento. Podemos definir o termo análise de conteúdo como sendo um conjunto de instrumentos para captar os dados:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis indeferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

Conforme Câmara (2013) a análise de conteúdo pode servir como base para a análise de diversas bases teóricas-metodológicas e possui procedimentos a serem seguidos para que ocorra uma sistematização na análise do instrumento.

Autores como Ludke e André (1986), Câmara (2013), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), Lima e Minoto (2017) compreendem que na análise documental há um procedimento metódico a ser seguido através da categorização de fragmentos relevantes retirados da base dos dados e que esta etapa é flexível, ou seja, as categorias podem sofrer alterações com o desenvolvimento da pesquisa, sendo flexível a medida que novos excertos são incorporados ou divididos na pesquisa. No desenvolvimento da metodologia os fragmentos e as categorias serão confrontados com a bibliografia utilizada e com outros trechos do próprio documento, para que a discussão seja realizada e seja feita a escrita final da dissertação.

O Adolescente na Base Nacional Comum Curricular

A BNCC se baseia na concepção contida no Parecer CNE/CEB nº 5/2001, deste modo a definição de adolescências extravasa o determinismo biológico, hormonal, bem como a quantificação da adolescência a partir de uma idade cronológica. Pois compreende a adolescência como uma concepção mutável e inserida em dimensões culturais, heterogêneas e multifacetadas.

Adotar essa noção ampliada e plural de juventudes significa, portanto, entender as culturas juvenis em sua singularidade. Significa não apenas compreendê-las como diversas e dinâmicas, como também reconhecer os jovens como participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos, sociedades essas também tão dinâmicas e diversas.

Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma escola que acolha as diversidades, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. (BRASIL, 2018, p. 463)

Análise sobre as concepções sobre a Adolescência presentes na Base Nacional Comum Curricular

Neste trecho apresenta-se a importância ao respeito à diversidade, ao ser humano e os seus direitos; assim podemos traçar a reflexão sobre a relevância das políticas públicas voltadas às adolescências e à seguridade social. Pois, é por meio destas que as adolescências estão sendo construídas. Ao considerarmos a visão sócio-histórica deste processo percebemos que o incentivo ao esporte, cultura, lazer e aos meios de apropriação do conhecimento são fundamentais para a construção das adolescências e conseqüentemente corroboram na formação holística do ser humano.

Para atingir essa finalidade [atender às necessidades de formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania], é necessário, em primeiro lugar, assumir a firme convicção de que todos os estudantes podem aprender e alcançar seus objetivos, *independentemente de suas características pessoais, seus percursos e suas histórias*. (BRASIL, 2018, p. 465, destaques nossos)

O trecho destacado pode trazer divergências de interpretação, de acordo com a perspectiva conceitual sobre o processo de aprendizagem do aluno. Neste trabalho delimitamos que há uma intensa relação dialética entre o indivíduo, o ambiente que está circunscrito e a própria subjetividade. Pois, a pessoa se torna fruto do meio em que está inserido. O ambiente cultural, o histórico e social constroem de forma única o aprendizado das pessoas, levando em consideração esta gama de fatores que influenciam o aprendizado dentro da escola e do ambiente externo a ela. É sabido que a todo o momento recebemos informações que estão mudando nosso nível de desenvolvimento atual, sendo assim não podemos conceber que o processo de aprendizagem é linear, universal ou gradual (PRESTES, 2010). Assim como não podemos dizer que os alunos irão aprender independente das diversas dimensões em que é construído, este pensamento parte da visão Knobel (1981), abordando as adolescências como um processo inato no desenvolvimento humano.

O trabalho e a vida em sociedade são duas características da vida humana que vão permitir um salto de qualidade no desenvolvimento humano. O homem liberta-se de suas limitações biológicas para 'inventar' a condição humana. Queremos com isso frisar a ideia de que as habilidades e os comportamentos humanos, a partir daquele momento, não estavam mais previstos pelo código genético. Por isso dizemos que o homem não estava mais submetido às leis biológicas e sim a leis sócio-históricas. (BOCK, 2014, p. 28)

De acordo com o exposto acima, Vigotsky (2007) leva em consideração diversos fatores para a aprendizagem, propondo que não há um limite para o quando um aluno possa aprender, isto é gerado pelo fato de afirmar que os fatores sociais interferem sobre

os fatores biológicos no indivíduo, ou seja, com o tempo de desenvolvimento os fatores sociais vão se sobrepor aos biológicos. Esta possibilidade de aprender qualquer conteúdo tendo os incentivos sociais e culturais foi chamada de gama de possibilidades, porém ressaltamos que há necessidade de fornecer mecanismos, caminhos e recursos para promover a aprendizagem. Em outras palavras a aprendizagem depende de suas características pessoais, seus percursos e suas histórias.

Em contrapartida ao excerto da página 465, a BNCC destaca também que:

No Ensino Médio, os jovens intensificam o conhecimento sobre seus sentimentos, interesses, capacidades intelectuais e expressivas; ampliam e aprofundam vínculos sociais e afetivos; e refletem sobre a vida e o trabalho que gostariam de ter. Encontram-se diante de questionamentos sobre si próprios e seus projetos de vida, vivendo juventudes marcadas por contextos socioculturais diversos. Por ser um período de vida caracterizado por mais autonomia e maior capacidade de abstração e reflexão sobre o mundo, os jovens, gradativamente, ampliam também suas possibilidades de participação na vida pública e na produção cultural. (BRASIL, 2018, p. 481)

Neste trecho, temos a adolescência como um emaranhado complexo de mudanças sociais e emocionais. Demonstra que a sua subjetividade e a sociedade começam a questionar sobre o futuro, assim ele começa a refletir sobre os caminhos que pretende seguir. Neste momento diversos fatores podem incentivar os alunos na participação da vida pública. Destaco dois pontos importantes neste processo: (i) a escola é um local privilegiado para realizar as discussões sobre o futuro, pois os alunos estão inseridos nela cotidianamente e deve contribuir para a formação integral de cada estudante; (ii) o Estado passa a ter um papel cada vez maior na promoção de oportunidades para que as adolescências se sintam representadas como parte ativa da sociedade.

Assim, podemos notar que os condicionantes sociais para o desenvolvimento integral do aluno, perpassam a escola e as políticas públicas, principalmente as políticas públicas voltadas às adolescências. Este trecho elucidada de forma concisa com o processo de formação do sujeito, no âmbito macro. É através das políticas públicas educacionais que o jovem possui oportunidades de vivenciar, criar um arcabouço cultural e, assim, ter uma visão mais próxima das realidades sociais.

No texto da BNCC do Ensino Médio a área de conhecimento que mais proporcionará discussões sobre as adolescências, suas concepções, suas culturas, representações e identidades é a área de Linguagem e suas Tecnologias. No componente curricular de Língua

Análise sobre as concepções sobre a Adolescência presentes na Base Nacional Comum Curricular

Portuguesa, principalmente no campo de atuação da vida pessoal e o campo jornalístico-midiático, pois relatam sobre as políticas públicas voltadas às adolescências, trazendo a discussão pra dentro da sala de aula.

Em relação aos textos legais, o Estatuto da Juventude deve ter destaque, com base no contexto social e histórico (brasileiro e latino-americano) de sua promulgação. Além disso: na discussão de ações e políticas públicas, devem ser privilegiadas políticas públicas para a juventude; os fóruns de discussão, debates e palestras devem contemplar a condição juvenil, como também temas de preocupações e curiosidades dos jovens; a produção de textos reivindicatórios pode incluir eventuais demandas por equipamentos e programações culturais, de espaços de lazer e de práticas das culturas corporais. (BRASIL, 2018, p. 510)

Garantir espaço, ao longo dos três anos, para que os estudantes possam:

»» saber sobre a condição juvenil e sobre as representações sobre jovens e juventudes; discutir sobre temáticas vinculadas a questões que os preocupam ou instigam sua curiosidade, privilegiando as que tiverem maior repercussão entre os estudantes (BRASIL, 2018, p. 511)

Estes trechos retomam a importância das políticas públicas voltadas às adolescências, acrescido que se deve discutir essas ações políticas na sala de aula. Assim como, compreender os contextos sócio-históricos que embasam as tomadas de decisões. Tais debates irão ajudar, entre outras coisas, os adolescentes a perceberem as oportunidades que possuem, proporcionando uma visão mais holística para a tomada de decisões futuras. O Projeto de Vida perpassa diversas dimensões, dentro delas, as próprias questões das políticas públicas, pois acabam por influenciar diversos campos sociais.

Ao término do Ensino Médio, espera-se que os alunos apresentem condições de realizar discussões acerca das representações sociais, temáticas relevantes, culturas e atividades de lazer. Desse modo, o trabalho da escola deve ser intencional e concatenado. Os professores necessitam pautar suas aulas em mecanismos didático-metodológicos para aproximar os estudantes deste pensamento crítico e abstrato. Para além disso, os professores devem compreender as adolescências como fator histórico temporal, para conseguirem promover estas discussões com os alunos. Pois, se o professor conceber a adolescência como um processo obrigatório e inato, todas as discussões propostas sobre as adolescências serão barradas no campo prático das salas de aula.

A diversidade de aspectos apresentados no campo de atuação da vida pessoal chega ao campo jornalístico-midiático com o mesmo intuito:

- Diversificar, ao longo do Ensino Médio, produções das culturas juvenis contemporâneas (slams, vídeos de diferentes tipos, playlists comentadas, raps e outros gêneros musicais etc.), minicontos, nanocontos, best-sellers, literaturas juvenis brasileira e estrangeira, incluindo entre elas a literatura africana de língua

portuguesa, a afrobrasileira, a latino-americana etc., obras da tradição popular (versos, cordéis, cirandas, canções em geral, contos folclóricos de matrizes europeias, africanas, indígenas etc.) que possam *aproximar os estudantes de culturas que subjazem na formação identitária de grupos de diferentes regiões do Brasil*. (BRASIL, 2018, p. 524, destaques nossos)

Toda discussão sobre as políticas públicas, identidades culturais e diversas formas de conceber o mundo, agora são traduzidas como produções protagonistas dos alunos. A BNCC propõe que as discussões teóricas vividas dentro da sala de aula ganhem também outros contornos, que os alunos possam se expressar e vivenciar outros aspectos da formação como, compreendendo as individualidades na formação dos sujeitos perante o local que está inserido. Que este entendimento não seja restrito ao seu local de convívio, mas que possa compreender as diferentes formas de experimentar as adolescências. Este trecho corrobora com a visão social da adolescência, tendo em vista ambos os campos propostos para o componente curricular de Língua Portuguesa.

Na área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, possui na competência específica 2 a habilidade:

(EM13CNT207) Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar. (BRASIL, 2018, p. 557)

Nesse exceto, podemos notar indícios de uma visão sócio-histórica das adolescências, assim como uma visão liberal sobre o mesmo processo. A BNCC demonstra que as discussões sobre as adolescências perpassam as áreas do conhecimento e promove que os professores de Ciências Naturais trabalhem as questões sociais na sala de aula, contudo no final da citação afirma que essas discussões devem ser vinculadas a saúde. A preocupação com o jovem e a saúde ocorre desde 1990, conforme relatado por Raupp e Milnitsky-Sapiro (2005), pois parte do pressuposto que é normal os adolescentes passarem por essa fase e precisarem de ajuda nas questões do bem-estar biológico, assim, constatamos um resquício da visão de Knobel (1981) dentro deste trecho.

Não estamos negando que a escola também promova discussões sobre a saúde dos alunos, que muitas vezes, não possuem essas discussões em casa, por outro lado precisamos considerar a historicidade dessa construção e debater os fatores sociais que condicionam o desenvolvimento das adolescências nas diversas regiões e especificidades

Análise sobre as concepções sobre a Adolescência presentes na Base Nacional Comum Curricular

locais.

Considerações Finais

Torna-se necessário e importante a análise crítica da BNCC, tendo em vista que norteará a construção dos currículos estaduais, municipais e de escolas particulares. Assim, durante o desenvolvimento do artigo buscamos analisar as concepções sobre a Adolescência que estão presentes na BNCC, pois são essas visões que serão transportadas aos outros documentos e implicarão na visão sobre a adolescência dos membros escolares.

Durante a análise dos trechos relevante da BNCC que tangem as concepções de adolescências, pôde-se notar que de forma geral o documento concebe a adolescência a partir da concepção sócio-histórica, sendo que nos trechos retirados do documento há uma preocupação em pensar as adolescências de forma que estejam inseridos dentro de um contexto econômico, cultural e social. Contudo há alguns trechos da BNCC que ainda podemos notar a visão da adolescência como um fator universal do desenvolvimento, desconsiderando o próprio discurso sobre uma adolescência criado socialmente. Essa contradição presente no documento é decorrente do processo de escrita do documento, sendo muito modificado durante a construção.

A BNCC relata que é durante as adolescências que, geralmente, as pressões para uma perspectiva de futuro começam a se intensificar e que o Estado tem um papel importante na promoção de políticas públicas para atender a demanda das adolescências. Além do papel das políticas públicas para esta população ratificamos que é necessário que as adolescências possuam oportunidade de escolha consciente das suas possibilidades. Dessa forma, torna-se necessário uma escola que trabalhe na construção de um sujeito holístico e crítico, que seja proporcionado mecanismos de inserção social para o mundo do trabalho e acadêmico, mas que esta decisão seja baseada dentro da individualidade dos estudantes.

Referencias

AGUIAR, W. M. J.; BOCK A. M. B.; OZELLA S. A Orientação Profissional com Adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, M. B.M; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. **Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo, Cortez, 2001.

ANDRADE, M. C. P.; BORBA, R. C. N. O golpe, a BNCC e os conservadorismos pensando o ensino religioso na educação brasileira. **Revista Communitas**, v. 8, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/1772>. Acesso em: 29 maio 2019. ISSN: 2526-5970

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. da 1ª edição. São Paulo: Edições 70, 2016. ISBN 978-85-62938-0-7.

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, abr. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622004000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622004000100003>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

KNOBEL, A. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, A.; KNOBEL, A. **Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artmed, 1981. p. 24 – 62.

LEITE, R. F.; RITTLER, O. M. S. Algumas representações de ciência na BNCC, Base Nacional Comum Curricular: área de ciências da natureza. **Revista Temas & Matizes**, v. 11, n. 20, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/15801>. Acesso em: 03 jun. 2019.

LIMA, T. C. S., MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp. P. 37-45, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCELINO, M. Q. S; CATAO, M. F. F. M.; LIMA, C. M. P. Representações sociais do projeto de vida entre adolescentes no ensino médio. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 3, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000300009&lng=en&nrm=iso. Acessado em 29 out. 2018.

NASCIMENTO, I. P. Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre suas representações. **Imaginário**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 55-80, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100004&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 30 jul. 2019.

NASCIMENTO, I.P. Educação e Projeto de Vida de Adolescentes do Ensino Médio. **Eccos Revista Científica**, nº31, mai-ago, 2013, p 38-100.

OZELLA, S. **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PRESTES, Z. R. **Quando não é quase a mesma coisa**. Análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil. Repercussões no campo educacional. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, 2010.

Análise sobre as concepções sobre a Adolescência presentes na Base Nacional Comum Curricular

RAUPP, L.; MILNITSKY-SAPIRO, C. Reflexões sobre concepções e práticas contemporâneas das políticas públicas para adolescentes: o caso da drogadição. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 60-68, Ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 Jun 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902005000200007>.

ROCHA, M. L Contexto do adolescente. In: CONTINI, M. L. J; KOLLER; S. H. **Adolescência e psicologia**: concepções, práticas e reflexões críticas, Conselho Federal de Psicologia, 2002. p.25-32.

SACRISTÁN, J. G. Aproximação ao conceito de currículo. In: _____. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000. cap. 1, p.13-53.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009. ISSN: 2175-3423.

SILVA, M. R. Currículo, ensino médio e BNCC: Um cenário de disputas. **Retratos da escola**, v. 9, n. 17, 2015. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/586>. Acesso em: 29 maio 2019. DOI 10.22420/rde.v9i17.586.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182 p.

Sobre os autores

Otávio Augusto de Moraes

Graduado em Licenciatura em Química pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3418-5405>. E-mail: otavioagustodemoraes@gmail.com.

Íris Maria Ribeiro Porto

Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada em Psicologia pela Universidade Ceuma. Mestra em Educação pela UFMA. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7235-9931>. E-mail: porto.iris@gmail.com.

Recebido em: 24/06/2021

Aceito para publicação em: 06/07/2021